

# A meritocracia como modo de vida: uma análise crítica à luz da tradição marxista<sup>1</sup>

Ederson Duda da Silva<sup>2</sup>

*Recebido em agosto de 2022  
Aceito em dezembro de 2022*

## RESUMO

O presente artigo tem como intuito realizar uma análise crítica da noção de meritocracia. No espaço disponível, pretende-se apontar para os limites de entender a meritocracia ora como um valor intrínseco ao capitalismo e a democracia, ora restrita ao momento ideológico. Nesse sentido, buscaremos relacionar a forma social da meritocracia com os processos de subordinação do trabalho pelo capital, cuja finalidade estaria na necessidade da valorização do valor. Defende-se que, por englobar diferentes momentos da vida social, a meritocracia deve ser apreendida como um modo de vida na medida em que, em seu percurso histórico e social, tem incidido sobre a reprodução social dos trabalhadores e as relações sociais de produção, cuja finalidade estaria na radicalização dos processos de exploração e dominação do capital sobre o trabalho, tendo na atual noção de empreendedorismo uma de suas formas de representação social.

**Palavras-chave:** meritocracia; modo de vida; empreendedorismo; neoliberalismo; capital humano.

**Meritocracy as a way of life: a critical analysis in light of the Marxist tradition**

## ABSTRACT

This article aims to carry out a critical analysis of the notion of meritocracy. In the available space, it is intended to point out the limits of understanding meritocracy, sometimes as an intrinsic value to capitalism and democracy, sometimes restricted to the ideological moment. In this sense, we will seek to relate the social form of meritocracy with the processes of subordination of work by capital, whose purpose would be in the need to value value. It is argued that, as it encompasses different moments of social life, meritocracy must be understood as a way of life insofar as, in its historical and social course, it has affected the social reproduction of workers and the social relations of production, whose purpose would be the radicalization of the processes of exploitation and domination of capital over work, having in the notion of entrepreneurship one of its forms of social representation.

**Keywords:** meritocracy; lifestyle; entrepreneurship; neoliberalism; human capital.

**La meritocracia como forma de vida: un análisis crítico a la luz de la tradición marxista**

<sup>1</sup> O presente artigo é o resultado de investigações relacionadas à minha dissertação de mestrado, apresentada à Unifesp/Guarulhos no segundo semestre de 2022 e contou com apoio financeiro concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP (Processo nº 2019/24468-4).

<sup>2</sup> Doutorando em Ciência Sociais pela Universidade Federal de São Paulo – Unifesp. São Paulo/SP – Brasil. Contato: dudadasilvae@gmail.com.

## RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo realizar un análisis crítico de la noción de meritocracia. En el espacio disponible, se pretende señalar los límites de entender la meritocracia a veces como un valor intrínseco al capitalismo y la democracia, a veces restringida al momento ideológico. En este sentido, buscaremos relacionar la forma social de la meritocracia con los procesos de subordinación del trabajo al capital, cuyo fin estaría en la necesidad de valorizar. Se argumenta que, al abarcar diferentes momentos de la vida social, la meritocracia debe ser entendida como una forma de vida en la medida en que, en su recorrido histórico y social, ha afectado la reproducción social de los trabajadores y las relaciones sociales de producción, cuyo fin sería la radicalización de los procesos de explotación y dominación del capital sobre el trabajo, teniendo en la noción de empreendedorismo una de sus formas de representación social.

**Palabras clave:** meritocracia; modo de vida; empreendedorismo; neoliberalismo; capital humano

## Introdução

Nas sociedades capitalistas, cada vez mais as noções de mobilidade social, ascensão social e a liberdade econômica estão associadas à ideia de “meritocracia”. Para alguns autores, por exemplo, o sucesso de cada indivíduo no capitalismo depende do grau de liberdade meritória existente em cada sociedade (MILL, 2000; SCHUMPETER, 1997; HAYEK, 1973; 1987; FRIEDMAN, 1977; MISES, 1987). Para outros, os próprios fundamentos das sociedades democráticas seriam tributários dos valores meritocráticos (PIKETTY, 2014), já que a meritocracia seria um atributo que possibilitaria o aperfeiçoamento da competitividade, do avanço tecnológico e da qualificação individual por meio do investimento em “capital humano” (MILANOVIC, 2020; PIKETTY, 2014).

Nessa perspectiva, a meritocracia tende a ser compreendida como algo imanente ao modo de produção capitalista e a própria humanidade, consistindo em nada mais nada menos do que um atributo individual e, com isso, acaba-se naturalizando as próprias contradições tipicamente capitalistas.

Outro caminho que se apresenta seria a meritocracia como uma ideologia. Ou seja, a “ideologia meritocrática”, que teria como característica a superioridade do trabalho não manual sobre o trabalho manual, seria uma “criação dos capitalistas” e teria como função acirrar a disputa política mediante o conflito de “dons e méritos”, da valorização distintiva que cada classe social tende a ser capaz de adquirir através do

tempo (SAES, 1977; CAVALCANTE, 2015; 2018). Desse modo, a “ideologia meritocrática” passaria a ter um papel fundamental para a análise das classes sociais (em especial para o estudo das classes médias) nas sociedades capitalistas, já que ela seria uma representação “funcional” das práticas de distinção social nas relações sociais (SAES, 1979; CAVALCANTE, 2015; 2018).

Aqui, todavia, a meritocracia surge como uma instância autônoma da relação entre o capital e o trabalho, reduzindo à análise das relações sociais ao momento ideológico, perdendo de vista, assim, a totalidade e complexidade do desenvolvimento capitalista e a sua necessidade de transformar as formas sociais em busca da autovalorização do capital.

Um exame crítico da noção de meritocracia surge como uma necessidade de pesquisa diante do seu impacto, nas sociedades capitalistas contemporâneas, sobre as relações sociais de produção. A nosso ver, a meritocracia, tal como tem se apresentado, ora um valor intrínseco ao capitalismo e a democracia, ora restrita ao momento ideológico, carrega em si limites teóricos e conceituais que devem ser problematizados, principalmente para à análise no que diz respeito à relação entre capital-trabalho, e da luta de classes em si. Nesse sentido, uma devida caracterização e problematização da noção de meritocracia nos parece significativo para o entendimento da formação do sujeito empreendedor de si mesmo (ABÍLIO, 2019; AMORIM; MODA; MEVIS, 2021a), por exemplo. Pretendemos, por conseguinte, realizar uma análise crítica que procure indicar e diagnosticar em que medida a noção de meritocracia, no seu percurso histórico e social, tem incidido sobre a reprodução social dos/as trabalhadores/as e as relações sociais de produção.

A primeira vista, nos parece que os aspectos valorativos da meritocracia, que surgem como um componente central para o fortalecimento da lógica da valorização do valor, representado pelo sujeito “esforçado” e “dedicado”, tem como objetivo moldar os trabalhadores às formas de acumulação de capital na fase neoliberal do capitalismo. Com isso, buscaremos sustentar que, atrelado à ideia de “capital humano”, a meritocracia tem sido uma forma social utilizada pelo capital como condição do trabalhador coletivo se inserir no mercado de trabalho mediante sua subordinação à lógica do sujeito econômico ativo, ou um autogerenciamento produtivo constante

(ABÍLIO, 2019; AMORIM; MODA; MEVIS, 2021a). Defende-se, portanto, que antes de ser entendida como uma ideologia “criada” pelas classes capitalistas, de modo a tornar mais “funcional” as práticas de distinção social, ou mesmo como algo imanente às relações sociais, que teria como característica potencializar a liberdade e a mobilidade social dos indivíduos, a meritocracia, na atualidade do capitalismo, tende a radicalizar os processos de exploração e dominação do capital sobre o trabalho, uma vez que o capital passa a intensificar a apropriação do tempo socialmente necessário à reprodução do trabalhador coletivo para além do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias, subordinando o/a trabalhador/a a totalidade da lógica de re-produção do capital. Portanto, buscaremos sustentar que a meritocracia deve ser apreendida como um modo de vida (GRAMSCI, 1999), já que, em se tratando de uma forma histórica e social tipicamente capitalista, o modo de vida meritocrático tende a estruturar a atuação e a representação dos sujeitos na totalidade da vida social. Um modo de vida que seria constituído e estimulado por intermédio de diferentes níveis hegemônicos e aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 1999; FROSINI, 2013). Assim sendo, a meritocracia, como um modo de vida, estruturaria o modo de ser e atuar dos/as trabalhadores nas sociedades capitalistas contemporâneas, impactando, direta e indiretamente, as relações sociais e a luta de classes.

Pretendemos examinar os aspectos histórico-sociais da constituição da meritocracia mediante uma problematização classista, realizando uma análise crítica à luz da tradição marxista (MARX, 2011; 2013; GRAMSCI, 1999). Nos limites de tempo e espaço estabelecidos para este artigo, buscaremos realizar uma explicação da meritocracia incluindo o próprio estudo das atualizações do capitalismo, o que implica apreender a meritocracia em seu desenvolvimento histórico-social e das transformações da relação entre o capital e o trabalho, descrevendo, assim, a sua forma de apresentação e representação na vida social.

O artigo está dividido em três seções, incluindo esta introdução e as considerações finais. A primeira busca contextualizar e caracterizar a meritocracia, tal como conhecemos hoje, procurando descrever e examiná-la como uma forma social tipicamente capitalista. Em seguida, realizaremos uma discussão, cuja perspectiva sócio-histórica, nos permitirá examinar as transformações da forma social do valor

como uma mediação necessária para o desenvolvimento da meritocracia como um modo de vida. Por fim, a terceira seção pretende analisar a relação entre a meritocracia e o “capital humano”, investigando, principalmente, os aspectos de sua representação na fase neoliberal do capitalismo, o que, nos parece, muito tem contribuindo para a formação da noção de empreendedorismo.

### **A assim chamada meritocracia**

Partirmos da premissa de que o modo de produção capitalista pressupõe, ao mesmo tempo, um determinado modo de vida (MARX; ENGELS, 2007; MARX, 2011). À vista disso, passamos a apreender a organização do capital não limitado ao momento da produção (MARX, 2013; 2017; ROSDOLSKY, 2011; GRESPAN, 2019). O capital, antes, deve ser explicado em seu processo social total como “um todo artístico”, uma ‘totalidade’ resultante das ‘articulações dialéticas’ entre suas partes” (GRESPAN, 2019, p. 32-33; ROSDOLSKY, 2011).

Nesse sentido, os diferentes momentos de como o capital se apresenta e se representa socialmente (GRESPAN, 2019), nas relações sociais e relações de produção, tende a modificar e condicionar as práticas sociais dos sujeitos, na medida em que as dinâmicas e as atualizações sócio-históricas da forma capital penetram a totalidade própria da existência desses sujeitos, metamorfoseando suas características sociais mais elementares, ao mesmo tempo em que subordina-as à lógica do capital e a sua necessidade de valorizar a si mesmo continuamente, ainda que de maneira contraditória. Esse processo pressupõe que os indivíduos *se estranhem* (LUKÁCS, 2013; FORTES, 2014) cada vez mais diante do trabalho que se aliena (MARX, 2011; 2013; NETTO, 1981). A vida social passa a ser a de um cotidiano *administrado* pela “racionalidade” própria do capitalismo. Com isso, todos os espaços da vida social acabam sendo afetados em sua totalidade. As esferas de autonomia (como a família, o erotismo, o ócio recreativo, o lazer) passam a ser corroídas e transformadas pela lógica da *valorização-realização* do capital, pois o “tempo é tudo, o homem não é mais nada; quando muito, ele é a carcaça do tempo [já que não se] trata mais de qualidade, [a] quantidade decide tudo” (MARX, 2011, p. 61). Portanto, a cada nova atualização do

capital o caráter de *coisa* que as relações sociais adquirem nesse modo de produção, mediante a relação com a forma mercadoria, assume o caráter das objetivações e subjetivações humanas - das próprias relações sociais. Diante disso, a vida social nas sociedades capitalistas tende a se apresentar cada vez mais de forma fetichizada e fragmentada (MARX, 2013).

A noção de meritocracia, por exemplo, nos parece ser uma forma social que tem sido constantemente atualizada pelo capital, de modo a constituir um modo de vida típico às suas necessidades de re-produção. Todavia, a meritocracia tem sido apresentada na realidade capitalística ora como se fosse uma forma natural das relações sociais, algo imanente à humanidade, ora como uma “justificação de mundo<sup>3</sup>” e/ou “funcional” ao capitalismo democrático<sup>4</sup>. Ora, se a coleção e acumulação de mercadorias seria o que caracteriza o modo de produção capitalista, a meritocracia, na fase neoliberal do capitalismo, tende a assumir uma das formas sociais que busca dar sentido e legitimar os processos de subordinação do trabalho ao capital. Nesse sentido, o sucesso e aceitação social da meritocracia advém do próprio sucesso e aceitação do capital, de sua expansão, ampliação e complexificação através do tempo e de cada sociedade em particular. Assim sendo, antes mesmo que uma mera gramática discursiva ou racionalidade (FOUCAULT, 2008; DARDOT; LAVAL, 2016; SALGADO, 2019; BEHÁR, 2019), deveríamos examinar a meritocracia como uma forma histórica-social constituída pelas próprias necessidades do capital, devendo ser explicada, portanto, a partir do próprio desenvolvimento e movimento contraditório desse modo de produção.

O “mito da meritocracia”, nesse sentido, só poderia ser aceitável se entendermos o “mito” não como algo alegórico, fantasioso, uma criação da imaginação social. A aceitação social da meritocracia se constitui no fato de que sua mistificação possui base real, age no real, é carregada de características da nossa realidade social. Mas sua forma social seria, antes, apenas uma aparência dessa realidade, uma ilusão

<sup>3</sup> Para Cavalcante, a ideologia meritocrática, ainda que afete todas as classes, possui uma valoração distintiva que é ao mesmo tempo “mais funcionais e orgânicas a uma classe do que outras” (2015, p. 192), o que, por sua vez, forneceria a “justificação de mundo” de uma classe, no seu caso, a das “classes médias”.

<sup>4</sup> Conforme Piketty (2014) e Milanovic (2020).

necessária para o capital (GIANNOTTI, 1983). Ela assume a expressão dessa realidade e lhe dá sentido, ainda que represente apenas uma parte dessa realidade.

Sob o capitalismo, ainda que de modo aparente, todas as pessoas são iguais e livres para comprar e vender mercadorias (MARX, 2013). Todas as pessoas podem através do seu “mérito” e empenho “subir na vida”, adquirir um bom emprego, uma boa casa para morar, ser chefe de uma grande empresa, etc. Isso, entretanto, desde que se *qualifique*<sup>5</sup>, se dedique e se esforce. Tais fatos, portanto, não deixam de ser uma verdade. O que essa verdade procura incessantemente camuflar, não obstante, diz respeito à origem de nascimento e da renda de cada indivíduo - ou seja, que esses são fatores que poderá determinar os caminhos de cada qual. É certo que os indivíduos podem ter mérito por suas conquistas. Todavia, enquanto uns conseguem “subir na vida pelo elevador”, outros só o fazem por meio de “escadas carregando sacolas” (por vezes muito pesadas). E isso no final da subida poderá nos dizer muito sobre cada processo em particular<sup>6</sup>.

Desse modo, a forma social da meritocracia estaria associada às condições de produção de uma dada sociedade<sup>7</sup>. Ela condiz com o modo de organização da

---

<sup>5</sup> Utilizaremos a noção de “qualificação”, no decorrer do texto, de maneira ampla, ou seja, ela não deve ser entendida e reduzida apenas à questão da “qualificação formal”, como cursos, graduação, pós-graduação etc, por exemplo. Qualificação, assim, será utilizada de modo a indicar os processos sociais sob as quais os indivíduos se “qualificam”, ou se “adestrem”, no sentido abordado por Dias (2013), como uma forma de incluir em seu repertório e performance sociais, recursos e aptidões necessárias para que este mesmo indivíduo volte ou permaneça no mercado de trabalho, por exemplo. De outro modo, “qualificação” como estratégias utilizadas pelos trabalhadores para aprimorar aptidões ou adquirir recursos que lhe possibilitem um retorno financeiro e existir no modo de produção capitalista.

<sup>6</sup> Os trabalhos desenvolvidos por Souza (2010), nesse sentido, podem ser um bom caminho para ilustrar as contradições entre “mérito”, reconhecimento e mobilidade social, na medida em que nos indica que os “batalhadores”, apesar de todo esforço e dedicação, não possuem as mesmas chances de vida em relação às classes dominantes, muito em decorrência da condição de seu “capital cultural primário”. O que, por sua vez, sugere determinações classistas para que uns tenham mais oportunidades e chances de vida do que outros.

<sup>7</sup> Assim sendo, nos parece, e tal argumento necessitaria de uma investigação aprofundada em outro momento, que a radicalização e o incentivo da meritocracia surge em um contexto histórico em que a “padronização” dos produtos, tal como no período taylor-fordista, passa a ser substituída pela personalização e diferenciação dos produtos. Como aponta Streeck (2013), “ficou claro que, quanto mais o produto chegava perto das preferências específicas do consumidor, mais este estava disposto a pagar – e, de fato, mais estava disposto a trabalhar, e mais estava disposto a tomar dinheiro emprestado para alcançar o poder aquisitivo que lhe permitisse participar do novo modelo de crescimento econômico, com sua transição dos mercados saturados da era fordista para os atuais”, equivalente, assim, “a um gigantesco passo à frente no processo de invasão da vida social pelas ‘forças de mercado’ sob o capitalismo”. Este movimento, de certa forma, teria contribuído para um novo tipo

produção e circulação de mercadorias (o que inclui a forma dinheiro), assim como o modo de apropriação e distribuição da riqueza socialmente produzida. Isto posto, nos parece que a meritocracia buscara camuflar, na atualidade do capitalismo, a relação entre o trabalho e o capital<sup>8</sup>, tal como a concorrência intercapitalista, bases de sustentação e a essência do modo de produção capitalista (MARX, 2017; MAZZUCCELLI, 1985).

Para Marx, “quando se fala de produção, sempre se está falando de produção em um determinado estágio de desenvolvimento social – da produção de indivíduos sociais” (MARX, 2011, p. 41). Ou seja, um determinado modo de produção tem como pressuposto produzir e reproduzir suas próprias “leis”,<sup>9</sup> suas formas sociais próprias em busca de assegurar e dar sentido a sua existência socialmente. Mas ao criar suas formas sociais o modo de produção capitalista cria, simultaneamente, suas próprias contradições: cria as condições para que os indivíduos possam competir e subir na vida e, ao mesmo tempo, cria as condições para que esses mesmos indivíduos, quando não conseguem subir na vida, sejam os responsáveis pelo seu fracasso e passem a se *qualificar* sempre mais e mais, como exigência *do capital* para que voltem ao mercado de trabalho, mantendo um circuito fechado<sup>10</sup> (DUDA DA SILVA, 2022). Se uma das formas de existir no modo de produção capitalista seria como possuidores de mercadorias, a meritocracia teria como função social legitimar essa existência quando

de socialização, voltada agora para o indivíduo isolado e competitivo, uma forma de socialização baseada na diferenciação e no mérito da conquista.

<sup>8</sup> Para Piketty (2014), por exemplo, a “contradição fundamental” do capitalismo estaria na distorção da relação da razão capital/renda, ou seja, no retorno de capital, que estaria concentrado nas mãos de poucas pessoas. O baixo retorno de capital acaba gerando níveis de desigualdades que impossibilitam o aviltamento da democracia meritocrática, da liberdade individual e do “justo” desenvolvimento das sociedades. Portanto, em Piketty, haveria uma inversão das contradições presentes na relação entre capital/trabalho, tal como presente em Marx (DUDA DA SILVA, 2022, p. 49-51).

<sup>9</sup> As leis em Marx devem ser entendidas como “leis tendenciais”, e não necessariamente como formas categóricas e determinísticas (GIANNOTTI, 1966; MAZZUCCELLI, 1985; ROSDOLSKY, 2011).

<sup>10</sup> Birh (2007), analisando o conceito de “capital humano”, corretamente aponta para o fato de que: “Esse cinismo e essa inconsciência contribuem para convencer uns e outros [trabalhadores/as] de que, se estão desempregados ou nas “galés” dos empregos precários, a culpa é deles mesmos: é que eles não têm grande coisa para vender ou não sabem vendê-la corretamente. Encontram-se ocultas no mesmo lance todas as estruturas que presidem à distribuição desigual ou a apropriação não menos desigual dos recursos materiais, sociais, culturais, simbólicos em nossa sociedade, que fazem com que o “capital humano” de um jovem oriundo do contexto popular da “periferia” tenha pouca chance de equivaler ao de um jovem saído de um meio privilegiado”. Vemos, com isso, que o processo de objetivação social está amalgamado ao processo de subjetivação social, criando as condições próprias a cada época histórica.

transfere para os indivíduos a condição de serem os únicos responsáveis pelo processo de comprar e vender, pelo processo de realizar sua própria existência como indivíduos sociais *possuidores de mercadorias* - quer elas sejam do estômago ou do espírito MARX, 2013).

Com isso, a meritocracia deixaria de ser algo a-histórico, natural, que surge de uma necessidade de “justificação de mundo”. Ela, antes, deve ser explicada como uma construção histórica e social, exercendo uma *função* específica para a organização das relações sociais e para a re-produção das sociedades capitalista na contemporaneidade. Sendo assim, entendemos que não basta se voltar para “explicações” que analisem a meritocracia como “perturbações’ ideológicas e simbólicas”<sup>11</sup> promovidas por uma classe. Se faz preciso avançar, dando a meritocracia outras formas categoriais. É o que buscaremos realizar nas próximas seções.

### **A meritocracia como um modo de vida**

Para os neoliberais, como todos os indivíduos são livres para comprar e vender mercadorias e como esse seria um direito assegurado de maneira irrestrita a todos igualmente, apenas os indivíduos mais esforçados, aqueles que mais se dedicam e se qualificam acabam por ocupar as melhores posições e ocupações sociais (HAYEK, 1973; 1987; FRIEDMAN, 1977). Resumindo: o fato de que determinados indivíduos se *qualifiquem* mais do que outros refletiria na composição salarial de cada qual, pois, se alguns são mais aptos, mais esforçados e econômicos (ascéticos), acumulando e investindo em si mesmo em detrimento de outros, logo, em última instância, estas seriam apenas diferenças de produtividade e investimento individual e não de antagonismos sociais advindos da exploração da força de trabalho pelo capital. Os indivíduos, portanto, seriam os únicos responsáveis pelo seu sucesso ou insucesso econômico e social<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> Ver, por exemplo, a abordagem desenvolvida por Cavalcante (2015, p. 184).

<sup>12</sup> Desse forma, se acompanhamos as formulações de Mises (1987), Hayek (1987) e Friedman (1977), economistas que muito contribuíram para a fundamentação do neoliberalismo, as noções de liberdade e indivíduo econômico, por exemplo, se atualizam e se radicalizam em relação aos economistas clássicos.

Todavia, isso ocorre porque o modo de produção capitalista precisa, a cada nova conjuntura, atualizar o tipo-humano conforme as necessidades das novas formas de produção, subordinando o trabalho ao capital em busca da valorização do valor (MARX, 2013; GRAMSCI, 1999). O processo de desenvolvimento histórico do capital, que se atualiza constantemente, tende a renovar as formas de exploração, subordinação e reprodução social, gerando novos modos de vida (GRAMSCI, 1999; DIAS, 2013) com uma distribuição dos indivíduos segundo as suas próprias relações sociais pré-estabelecidas.

Nesse movimento de atualização capitalista à tecnologia e à educação ganham formas quase simbióticas para a constituição dos sujeitos nas relações de produção<sup>13</sup> (SCHULTZ, 1973; LÓPEZ-RUIZ, 2008; INVERNIZZI, 2000; AMORIM; MODA; MEVIS, 2021a; AMORIM; MODA; MEVIS, 2021b). Para o pensamento que entende a meritocracia como algo natural, a remuneração de um trabalhador assalariado estaria de acordo com sua capacidade produtiva e sua condição na contribuição da produção da empresa (HAYEK, 1973; 1987). Essa produtividade, entretanto, depende do tipo de qualificação que esse/a trabalhador/a investe em sua formação. O que nos interessa, neste momento, apoiados em Marx (2011; 2013) e Gramsci (1999), é apontar para o fato de que a ampliação-atualização do capitalismo pressupõe na mesma medida a ampliação-atualização da qualificação individual (da qualificação coletiva)<sup>14</sup>. Nesse sentido, com o avanço da maquinaria industrial e sua tecnologia o capitalismo necessita e cria um duplo movimento: i) necessita que os/as trabalhadores/as se qualifiquem para poder administrar o avanço complexificado da produção capitalista, criando e sustentando uma divisão social do trabalho que tem como finalidade; ii) ampliar a competição entre os/as trabalhadores/as inseridos/as no processo de

<sup>13</sup> Conforme Schultz: “A formação de capital pela educação é obviamente relevante para planejar-se com vistas ao planejamento econômico, quando o objetivo for o de conseguir-se uma destinação eficiente de recursos de investimento em concordâncias com as prioridades eleitas pelas taxas relativas de rendimentos em face de oportunidades alternativas de investimentos. Mas os economistas ainda estão longe de mostrar quanto às conexões entre a taxa de rendimento e a teoria do capital e a teoria do crescimento e a mudança técnica” (1973, p. 130-131).

<sup>14</sup> Em Amorim, Moda e Mevis (2021a; 2021b), o advento do empreendedorismo teria na educação empreendedora, mediante uma aprendizagem voltada para a promoção inovadora e disruptiva, um projeto tanto do Estado como do setor empresarial. Esta tarefa seria um atributo submetido aos intelectuais orgânicos, cujo papel estaria na construção da subordinação dos trabalhadores aos interesses do capital. Ver, também, de outro ponto de vista, Invernizzi (2000).

produção ao mesmo tempo em que, como já dito, transfere o sucesso e o insucesso da ascensão social para os/as trabalhadores/as. Essa seria uma das contradições que o capitalismo busca incessantemente eliminar. Pois, se a valorização de maneira infinita do capital só se faz possível mediante a subordinação e exploração constante da força de trabalho geradora do mais-valor, para aumentar seus lucros e rentabilidade o capitalista tem como necessidade fundamental a eliminação do trabalho humano, ou seja, expulsar o trabalho vivo do processo de produção<sup>15</sup> e incrementar cada vez mais o trabalho morto (MARX, 2013). Com isso, o capital pressupõe um movimento que busca eliminar o trabalho vivo da produção ao mesmo tempo em que subsume todas as formas possíveis de *trabalho* ao circuito imanente de sua *valorização-realização* (MARX, 2013; GIANNOTTI, 1983; GRESPAN, 2019).

Marx nos dá algumas dicas para compreender e explicar este processo. Nos capítulos 11, 12 e 13 d'*O Capital*, Livro I, que trata principalmente da produção do mais-valor absoluto e relativo, Marx (2013) nos apresenta como o capital vai crescendo constantemente e ao fazer isso passa a colocar para fora, expulsa aquilo o que lhe é próprio, o trabalho. Na cooperação simples (capítulo 11) todos os/as trabalhadores/as passam a trabalhar juntos, sobre o mesmo ambiente, construindo a figura do trabalhador coletivo, aumentando a produtividade e a produção do mais-valor. Aqui já está presente a separação entre trabalhador/a e produção, que não escolhe o que vai produzir. Na manufatura (capítulo 12) a divisão do trabalho se intensifica, e quem realiza esta mudança é o próprio capital. O trabalho estaria inserido na valorização do valor, mas subordinado ainda de maneira formal ao capital, que cada vez mais aparece como o sujeito da história. Entre a cooperação, passando pela manufatura até chegar à maquinaria e grande indústria (capítulo 13), Marx observa que nesse processo está presente outro processo, o da ampliação do tempo de exploração e dominação do trabalho, tal como o da subsunção real do trabalho pelo capital. Simultaneamente, existe um salto qualitativo na forma da produção, sob a qual o processo de desenvolvimento da maquinaria é marcado por formas de atualização da organização do trabalho que pode ser encontrada, por exemplo, na passagem do tipo-psicofísico

<sup>15</sup> Um dos objetivos deste processo estaria, assim, na dissolução dos antagonismos de classe expressa na relação entre capital e trabalho, onde a hierarquização de “dons” e “méritos” acaba por refletir uma escala de estratificação de renda.

artesão para o especialista, que exige uma maior racionalização da produção e que está localizada externamente, na gerência. Vemos, portanto, uma radicalização da divisão do trabalho que não ocorre mais necessariamente entre os/as trabalhadores/as, mas entre máquinas (produto do trabalho humano passado, mas que se apresenta de forma objetivada e estranhada no presente), gerando um aprofundamento e ampliação na necessidade de qualificação do/a trabalhador/a, cujo intuito está em atender as necessidades do capital - necessidades que mudam (como um processo progressivo e/ou regressivo) a depender da conjuntura.

Junto a este processo de ampliação-atualização das formas de trabalho e de suas formas organizativas vemos o surgimento de um novo consenso baseado numa nova forma de coerção social e do trabalho coletivo, que tem como intuito o aumento da produtividade, da radicalização da exploração e da subordinação do trabalho pelo capital (MARX, 2013; 2017; GRAMSCI, 1999). Como tendência que ocorre em momentos históricos particulares, a subsunção do trabalho pelo capital, mediante processos de consenso e coerção, não acontece apenas internamente ao processo produtivo, mas se apresenta e age também externamente, em sua realização, de maneira objetiva e subjetiva, criando novas formas de relações sociais e de representação da sociabilidade, modificando os modos de vida das classes sociais segundo a necessidade histórica do capital (GRAMSCI, 1999).

Gramsci (1999), em “Americanismo e fordismo”, nos apresenta o processo de atualização-radicalização da mudança psicofísica do/a trabalhador/a, assim como o surgimento de um novo modo de vida sob o capitalismo. Para o autor

a vida na indústria exige um aprendizado geral, um processo de adaptação psicofísica a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes, etc., que não é algo inato, “natural”, mas exige ser adquirido, ao passo que as características urbanas adquiridas são transferidas por herança ou são absorvidas no decorrer da infância e da adolescência. Assim, a baixa natalidade urbana exige um contínuo e relevante gasto com o aprendizado dos novos urbanizados e traz consigo uma permanente modificação da composição sociopolítica da cidade, colocando continuamente em novas bases o problema da hegemonia (GRAMSCI, 1999, p. 251).

Com isso, vemos que para além do fato de o capital precisar atualizar suas formas de subordinação e exploração do trabalho, de modo a aumentar a taxa de

retorno de lucro<sup>16</sup>, para que isso possa ocorrer ele pressupõe a modificação dos hábitos sócio-políticos, constituindo novos repertórios que são lidos como “naturais” e que são re-produzidos socialmente em suas diversas instituições privadas e públicas, por meio de aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 1999)<sup>17</sup>.

Para que isso se torne possível se faz necessário que a subsunção real do trabalho e a atualização da produção capitalista estejam plenamente desenvolvidas, a ponto de que a experiência do/a trabalhador/a, mediada pelo processo produtivo, apareça como um nexo *natural*, espontâneo, à qual as formas de vida social na circulação de mercadorias ganham cada vez mais uma aparência de solidez de formas de *estranhamento* de vida social (FORTES, 2014). Entretanto, a nosso ver, essas formas “naturais” e “imutáveis” de representações mistificadas do capital só se apresentam na realidade social como “válidas” na medida em que buscam camuflar seu verdadeiro conteúdo, a sua essência histórica, a relação de dominação do trabalho pelo capital.

Mas como essa representação mistificada ocorre? Segundo Marx, mediante a repetição, pelo costume e o hábito da troca de mercadoria, no decorrer do processo histórico-social.

A constante repetição da troca transforma-se num processo social regular, razão pela qual, no decorrer do tempo, ao menos uma parcela dos produtos do trabalho tem de ser intencionalmente produzidas para a troca. Desse momento em diante, confirma-se, por um lado, a separação entre a utilidade das coisas para a necessidade imediata e sua utilidade para a troca. Seu valor de uso se aparta de seu valor de troca. Por outro lado, a relação quantitativa na qual elas são trocadas torna-se dependente de sua própria produção. O costume as fixa como grandezas de valor (MARX, 2013, p. 162-163).

O mérito individual, nesse sentido, surge como algo que pode ser atribuído a qualquer indivíduo em qualquer momento histórico porque ele corresponde a

<sup>16</sup> Nos parece que na contemporaneidade do capitalismo, a noção de empreendedorismo, mediante processos de educação empreendedora e investimento em “capital humano”, voltadas para uma representação da sociabilidade baseada no indivíduo diferenciado, dedicado e esforçado, poderia ser caracterizado como o “novo tipo” de trabalhador coletivo relacionado ao modo de vida meritocrático, que “surge” como necessidade de atender os processos atuais de acumulação de capital (ABÍLIO, 2019; AMORIM; MODA; MEVIS, 2021a; ABÍLIO; GROHMANN, 2021).

<sup>17</sup> Como todo “modo de vida se realiza em um conjunto de instituições que” expressa simultaneamente “a relação estrutural-contraditória de dominação”, a “normalidade” criada a partir deste processo possibilita ao mesmo tempo a formulação do que seria o “certo e o que é errado” (DIAS, 2013, p. 51), naturalizando as relações de poder, que permanecem escondidas na aparência da realidade.

qualidades particulares aos indivíduos sociais. Mas o mérito só poderia ser transformado em meritocracia como um modo de vida, uma forma social que age de maneira transversal sobre as classes sociais, por meio de processos de fetichização, numa época histórica determinada: uma época na qual a meritocracia possui a singularidade de uma forma natural cuja qualificação e especialização dos indivíduos não são voltadas para si, mas para o capital. Isso tende a gerar uma oposição em que a qualidade humana de aprimoramento de suas capacidades psicofísicas, que se apresentam como uma necessidade do indivíduo de se auto-realizar socialmente, só se realizam em sua exteriorização e aplicação no processo produtivo para o capital, ou seja, para a *valorização* do valor *do* capital (MARX, 2011; 2013). Se a existência social dos/as trabalhadores/as no modo de produção capitalista só se realiza no processo de compra e venda de mercadorias, sua qualificação e capacidade de concorrer com outros/as trabalhadores/as só poderia se efetivar mediante o processo de troca capitalista, pois esta estaria subjugada à lógica da re-produção de valor (MARX, 2013).

O processo histórico de racionalização e individuação radical no capitalismo permite o surgimento de um novo tipo-psicofísico humano, ao mesmo tempo em que transforma todas as relações sociais em relações reificadas (NETTO, 1981). Ao subordinar todas as atividades sociais à lógica da valorização do valor, numa ação que combina a deslegitimação dos sindicatos (e organizações coletivas dos/as trabalhadores/as) por intermédio da força da lei e o consenso em torno dos diversos benefícios sociais do modo produção capitalista (HARVEY, 2008), como altos salários e vantagens sociais (*status* e diferenciação social, por exemplo), temos o surgimento de um novo modo de vida, “colocando continuamente em novas bases o problema da hegemonia” (GRAMSCI, 1999; DIAS, 2013).

Assim sendo, a meritocracia como um modo de vida ganha legitimidade na medida em que a divisão do trabalho se intensifica e a solidariedade entre os/as trabalhadores/as fica cada vez mais corroída, difusa e fragmentada (SENNET, 2005; FRIEDMANN, 1972). Pois, se o desenvolvimento da tecnologia e maquinaria, tal como o aprofundamento da divisão social do trabalho, “possibilitaria” maior tempo livre para que os indivíduos possam se “qualificar” e “aprimorar” a personalidade do gênero humano, sob o capitalismo a diversificação, o desenvolvimento da maquinaria e o

aprimoramento da personalidade humana passam a ser subsumidas ao processo de reprodução do capital, como uma necessidade imanente e contraditória de seu desenvolvimento e existência. Dessa forma, a meritocracia ganha um *qualitativo* de acentuar a divisão do trabalho e a determinabilidade da subordinação do trabalho pelo capital de maneira estranhada.

Gramsci (1999), por exemplo, em sua análise sobre o taylor-fordismo o faz buscando aprendê-lo não apenas como uma técnica de gerenciamento do trabalho necessária ao desenvolvimento da industrialização, mas vê nesse processo uma atualização fundamental do capitalismo como maneira de superar a forma de subordinação e exploração anteriores (o que estaria ligado à organização coletiva dos/as trabalhadores/as através dos sindicatos e organizações coletivas) criando, ao mesmo tempo, um novo tipo-físico humano<sup>18</sup>. Ou seja, o taylor-fordismo consistiria numa forma social historicamente determinada e que teve como intuito o surgimento de um modo de vida em que “os novos métodos de trabalho são indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida”, não sendo possível, portanto, “obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro” (GRAMSCI, 1999, p. 266).

O feito da análise de Gramsci consiste em explicar as atualizações do capitalismo como uma síntese de relações de poder, de uma nova relação de dominação que ultrapassa o espaço do trabalho-chão-de-fábrica e se alastra para todas as esferas de existência social, constituindo-se como uma nova hegemonia política.

Desse modo, ao contrário de admitir a existência de uma nova prática social baseada no modelo de racionalidade (FOUCAULT, 2008; DARDOT; LAVAL, 2016), que tem como sentido o cálculo racional individual (de tipo weberiano), entendemos que essa “racionalidade” não ocorre mediada pelo fundamento da lógica gnosiológica e epistemológica, mas se opera na realidade capitalística mediante o próprio processo do

---

<sup>18</sup> De certa maneira, podemos dizer que o taylor-fordismo se apresenta como um momento histórico sob o qual a radicalização e o aprofundamento da exploração e dominação do trabalho pelo capital ocorrem de modo a evitar a queda tendencial da taxa de lucro do capitalista. Nesse sentido, nos parece que, sob o neoliberalismo, a radicalização dos tributos individuais, por meio dos valores meritórios, caracterizados pelo empreendedorismo, por exemplo, seriam um meio do capital atualizar suas formas de valorização do valor e evitar a tendência de queda da taxa de lucro e, ao mesmo tempo, impulsionar a concorrência intercapitalista.

*fazer-se* do ser social, que a partir da objetificação imediata do trabalho constitui ao mesmo tempo seu momento de subjetivação (MARX; ENGELS, 2007; THOMPSON, 2012). Pois, o indivíduo ao *fazer-se* no trabalho objetivado para atender as necessidades do capital efetiva sua própria existência social, ainda que determinada de maneira contingenciada pelas leis do capital, aumentando sua qualificação e sua diferenciação como trabalhador coletivo.

Nas sociedades capitalistas contemporâneas, a organização industrial-maquinial passa por re-atualizações com o aumento da subsunção real do trabalho que tem na descentralização da produção (sem perder, entretanto, os traços de hierarquização subordinada e centralização do capital), no trabalho por tarefas e parcializado uma das suas características principais (ANTUNES, 2013; AMORIM, 2014; ABÍLIO; AMORIM; GROHMANN, 2021; CASILLI, 2019; CARELLI; BITTENCOURT, 2020). Entendemos que a “prática racional”, seguindo-nos pela fundamentação do modo de vida em Gramsci, nas sociedades capitalistas contemporâneas se apresentaria, assim, mediada pela mudança da forma do trabalho “manual” para o trabalho “não manual”, do trabalho “material” para o trabalho “imaterial” (AMORIM, 2014), por exemplo, exigindo dos/as trabalhadores/as níveis diferenciados de qualificação-especialização, uma outra “consciência do objetivo” e de seu *modo de ser*, e que teria na noção de empreendedorismo e no trabalhador flexível, de certa forma, um “novo tipo” de representante social da forma trabalho<sup>19</sup> sob o capitalismo.

Cada vez mais, para ascender profissional e socialmente, os/as trabalhadores/as precisam aumentar sua qualificação e o “investimento” pessoal em “capital humano”. Aqueles que ascendem profissionalmente e conseguem elevar seus salários ou tornarem-se gerentes, empreendedores, ou até mesmo dono de uma empresa, passam a associar tal fortuna ao seu “mérito” individual, a sua capacidade de

---

<sup>19</sup> Dialogamos aqui com os estudos de Amorim (2014), sobre os processos do fortalecimento dos trabalhos “não manuais”, por meio do “trabalho imaterial”, tal como Antunes e Filgueiras (2020) e Abílio, Amorim e Grohmann (2021), que discutem as novas formas de gerência científica e o empreendedorismo, principalmente relacionados aos trabalhos informacionais-plataformizados. Nos parece que tais discussões podem se relacionar com o debate agora estabelecido, no sentido de indicar as “práticas sociais” desse “novo tipo” de trabalhador, que carrega em si a lógica do empreendedorismo, mas que teria na constituição de um modo de vida meritório os aspectos necessários para aumentar sua qualificação-especialização de modo a atender as novas formas de trabalho e acumulação de capital na atualidade do capitalismo.

cálculo racional e investimento pessoal<sup>20</sup>. Ou seja, a meritocracia representaria uma forma social carregada de particularidades de inscrever nas relações sociais a sua marca eminentemente social, mas se apresentando como uma forma natural, que seria a sua *determinação* própria, já que não seria uma ilusão, uma falsidade do real. O “falso” aqui nada mais seria do que “um momento do ‘verdadeiro’ ao mesmo tempo enquanto ‘falso’ e enquanto ‘não-falso’” (LUKÁCS, 1974, p. 13). Ora, na sua “falsidade” a realidade capitalista se apresenta como a realidade das relações sociais sob o capitalismo de forma naturalizada, ou seja, a *determinação* aqui seria puramente fetichizada, pois surge como uma aparência de uma realidade que se apresenta como a expressão de uma realidade puramente capitalista (liberdade econômica), mas que esconde a estrutura interna de seu funcionamento, a relação de exploração e dominação do capital sobre o trabalho.

Dirá Gramsci:

Com efeito, Taylor expressa com brutal cinismo o objetivo da sociedade americana: desenvolver em seu máximo grau, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísico do trabalhador profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao *espaço físico maquinal* (GRAMSCI, 1999, p. 266; grifo nosso).

A novidade aqui não estaria no “cinismo do capitalista” em exigir uma maior produtividade por parte do trabalhador, fato este que ocorre desde pelo menos a cooperação, mas sim na “criação de um novo nexo psicofísico” de trabalhador/a diferente das relações sociais anteriores. A partir de agora se faz preciso que o trabalhador gaste de forma “racional” o dinheiro, a “renda” recebida pela venda da sua força de trabalho, para realizar sua re-produção social e de sua família. Se o alto salário passa a ser um elemento que selecionará os/as trabalhadores/as qualificados e com

<sup>20</sup> Nesse sentido, ao contrário do que supunha Gramsci (1999), não necessariamente os altos salários estipulados por Henry Ford seriam uma forma de “proteger” os trabalhadores mais “qualificados” contra as instabilidades do mercado de trabalho e a competição do exército industrial de reserva. Não descartamos que tal movimento possa ocorrer. Todavia, nos parece que outro movimento também se impõe. Ou seja, para os trabalhadores receberem os altos salários surge a necessidade de “qualificação” constante por meio do investimento pessoal. Assim, entendemos que esta seria uma das formas que o capital teria para colocar em competição o conjunto da força de trabalho, deteriorando, simultaneamente, a solidariedade de classe.

condições de se adaptar às novas organizações do trabalho, ele assume também a forma de renda e investimento em outro “capital”, a saber, o “capital humano”.<sup>21</sup> Assim, além de reproduzir sua energia física caberá ao trabalhador “investir” e se dedicar ao aprimoramento de aptidões, renovar e aumentar suas qualificações e repertórios individuais. Entretanto, se faz preciso notar que “sua qualificação é avaliada precisamente por seu desinteresse intelectual, isto é, por sua ‘mecanização’ (ou seja, pela sua despolitização) (GRAMSCI, 1999, p. 271). O cálculo racional do novo trabalhador exigirá a abdicação, mesmo que aparente, da reflexividade da sua existência e condição no mundo.

Quando o processo de adaptação se completou, verifica-se na realidade que o cérebro do operário, em vez de mumificar-se, alcançou um estado de completa liberdade. Mecanizou-se completamente apenas o gesto físico; a memória do ofício, reduzidos a gestos simples e repetidos com ritmo intenso, “aninhou-se” nos feixes musculares e nervosos e deixou o cérebro livre e desimpedido para outras ocupações. Do mesmo modo como caminhamos sem necessidade de refletir sobre todos os movimentos necessários para mover sincronizadamente todas as partes do corpo, de acordo com aquele determinado modo que é necessário para caminhar, assim também ocorreu e continuará a ocorrer na indústria com relação aos gestos fundamentais do ofício; caminhamos automaticamente e, ao mesmo tempo, podemos pensar em tudo o que quisermos. Os industriais norte-americanos compreenderam muito bem essa dialética presente nos novos métodos industriais. Compreenderam que “gorila amestrado” é uma frase, que o operário “infelizmente” continua homem e até mesmo que, durante o trabalho, *pensa* mais ou, pelo menos, tem muito mais possibilidade de pensar, pelo menos quando superou a crise de adaptação e não foi eliminado: e não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá *satisfações imediatas*, e que ele compreenda que se quer reduzi-lo a gorila amestrado, pode levá-lo a um curso de pensamento pouco conformista. *Que uma tal preocupação exista entre os industriais é algo que se deduz de toda uma série de cautelas e iniciativas “educacionais”*, que podem ser encontradas nos livros de Ford e na obra de Philip (GRAMSCI, 1999, p. 272- grifos nossos).

---

<sup>21</sup> Birh corretamente aponta para o fato de que: “A isso por fim se acrescenta que falar de capital a propósito de uma simples mercadoria (a força de trabalho) é praticar um sólido fetichismo, no sentido em que Marx utiliza o termo. É deixar acreditar que, sob o pretexto de que o capital é um “valor em processo”, um valor capaz de se conservar e de crescer no curso de um incessante processo cíclico durante o qual ele assume alternadamente a forma de mercadorias e de dinheiro, toda mercadoria (como a força de trabalho) ou toda soma de dinheiro seriam, por si mesmas, capital. Ao mesmo tempo, ocultam-se novamente as condições que, sozinhas, tornam possível o capital: a exploração da força de trabalho sob forma de salariado, a transformação da força de trabalho em mercadoria e seu pressuposto, a expropriação dos trabalhadores, seu despojamento dos meios sociais de produção, que são todavia os frutos acumulados de sua própria exploração” (2007).

Temos, portanto, uma dominação abstrata da vida social *estranhada*. A *mecanização*, o *espaço físico maquinal* não ocorre simplesmente através de uma adaptação a métodos da organização do trabalho, não é simplesmente uma coerção social. O cálculo racional de “investimento e renda” tem de ser também construído socialmente nas formas próprias de uma determinada sociedade, por meio da persuasão e consenso<sup>22</sup>. Para que seja possível o cálculo racional se generalizar e se universalizar, constituindo-se como um modo de vida, se faz necessário um longo processo que exige mudanças nas condições sociais de re-produção social das classes sociais, ganhando corporeidade mediante o costume, a tradição e os repertórios transmitidos de geração a geração por meio dos diversos aparelhos privados de hegemonia. Sob o neoliberalismo, temos que a passagem da padronização taylor-fordista se atualiza em formas diversificadas e individualistas de relações sociais, intensificando a necessidade de atualização do “novo trabalhador” por meio de investimento em seu “capital humano”, tal como tentaremos demonstrar a partir de agora.

## Meritocracia e capital humano

Neste momento, para a explicação da meritocracia como um modo de vida, iremos dialogar com Foucault num ponto que entendemos ser fundamental, a saber: o desenvolvimento social da noção de “capital humano”<sup>23</sup>. Em sua aula de *14 de março de 1979*, Foucault (2008) realiza uma exegese que tem como intuito analisar o neoliberalismo e seu contexto. O que nos interessa nessa discussão tem a ver com a forma como Foucault nos apresenta o conceito de “capital humano”, pensado

---

<sup>22</sup> Ver, por exemplo, a pesquisa desenvolvida por Klüger (2017) e Behár (2019).

<sup>23</sup> Um dos primeiros a refletir sobre a noção de “capital humano” foi Theodore W. Schultz, durante os anos 1950. Para o autor, “O esclarecimento do conceito de capital humano e a sua identificação mobilizaram as coisas para uma especificação mais completa de mensuração e acumulação de capital moderno. Fez, também, com que nos tornássemos mais conscientes das mudanças que se registraram na qualidade do capital material. Desta forma, o fato de tratar a educação como capital humano nada mais é senão um passo à frente rumo a uma captação consciente de todo o capital. Uma vez neste caminho, pode-se ter a possibilidade de transformar a maioria, se não todos os elementos, da chamada *mudança técnica* em formas de capital até o presente contida da contabilização do capital” (SCHULTZ, 1973, p. 131).

principalmente pelos neoliberais<sup>24</sup>. Em sua digressão o autor demonstra como os neoliberais<sup>25</sup> passam a pensar e a formular a noção de trabalho, radicalizando as discussões realizadas pelos economistas clássicos. Segundo Foucault, para os neoliberais,

o que há que fazer não é em absoluto continuar a crítica de certo modo realista de Marx, criticando o capitalismo real por ter abstraído a realidade do trabalho; é preciso fazer uma crítica teórica da maneira como, no discurso econômico, o próprio trabalho apareceu como abstrato. [...] se os economistas vêem o trabalho de maneira tão abstrata, se eles deixam escapar a especificação, as modulações qualitativas e os efeitos econômicos dessas modulações qualitativas, é, no fundo, porque os economistas clássicos nunca encaram o objeto da economia senão como processos - do capital, do investimento, da máquina, do produto, etc. (FOUCAULT, 2008, p. 305-306).

Ora, o que os neoliberais almejam com essa empreitada seria, nada mais nada menos, realizar uma mudança na epistemologia vigente de modo a criar um campo referencial que discuta a natureza econômica, e suas consequências, no intuito de pautar o comportamento individual e uma nova estrutura psicofísica a partir da racionalidade desse comportamento.

Como aponta Foucault, a economia, para os neoliberais, “já não é, portanto, a análise da lógica histórica de processo, é a análise da *racionalidade interna*, da programação estratégica da atividade dos indivíduos” (FOUCAULT, 2008, p. 307 – grifo nosso). A grande questão aqui estaria na reflexividade aplicada pelo indivíduo à sua condição de trabalhador coletivo, especificamente, ao seu modo de inserção no mercado de trabalho e nas relações sociais, ou seja, ao seu próprio *ser* como sujeito. O cálculo racional, aplicado nas relações sociais, passa a agir sobre o trabalhador coletivo no sentido de pautar tanto sua conduta social como econômica de modo a tornar-se, a partir de então, “um sujeito econômico ativo”, que encontra em seu *ser*, um capital ativo com condições de se autovalorizar mediante processos de autogerenciamento. Com isso, “do ponto de vista do trabalhador, em termos econômicos”, a forma trabalho

---

<sup>24</sup> Acentuamos, para não perder de vista, que um ponto fulcral para os neoliberais estaria na formulação de uma nova epistemologia de conduta econômica. Esta epistemologia formulada pelos neoliberais teria como estrutura a radicalização da noção de indivíduo e liberdade, na qual a liberdade econômica seria a condição fundamental para a liberdade política (HAYEK, 1973; FRIEDMAN, 2002).

<sup>25</sup> Aqui dialogando diretamente com Hayek (1973).

passa a conter um capital, ou seja, “uma aptidão, uma competência” (FOUCAULT, 2008, p. 308), e o trabalhador coletivo se transforma numa “máquina”, um apêndice necessário ao capital, simultaneamente em que se torna “independente”, se autonomizando do processo produtivo em si.

Todavia, como procuramos demonstrar anteriormente, não seria necessariamente por meio de uma gramática discursiva ou de uma mudança epistemológica que os sujeitos internalizam a racionalidade neoliberal, relacionando o investimento em “capital humano” e ascensão social, tal como formulam os neoliberais e como Foucault constrói em sua contra-argumentação (FOUCAULT, 2008). O “cálculo racional” não consistiria em uma instância autônoma e abstrata sob a qual os sujeitos se deparam, assumem para si e aplicam em suas realidades sociais.

Nesse sentido, nos parece que a meritocracia se constitui como um modo de vida na medida em que cada indivíduo incorpora e representa a racionalidade de investimento *em si mesmo* na totalidade da vida social, mediados por suas relações com os diferentes aparelhos privados de hegemonia. Seria então por meio da constituição de consensos, repetidos e ensinados rotineiramente, que a meritocracia passaria a se configurar como um modo de vida, cuja tendência seria o de representar, de maneira naturalizada, as atualizações e a ampliação do capital nas relações sociais e relações de produção na atualidade das sociedades capitalistas.

Ora, no processo de desaparecimento do “caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos”, que não se diferenciam mais, “sendo todos reduzidos a *trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato*” (MARX, 2013, p. 116; grifos nosso). Marx nos apresenta nessa passagem a redução da forma valor ao conteúdo do trabalho, ou seja, a naturalização da forma mercadoria e a abstração do trabalho coletivo como trabalho igual, indissociável.

Seria essa naturalização do conflito entre capital x trabalho nas relações sociais de produção que os neoliberais buscarão reelaborar em sua gramática discursiva. Ou seja, ao não diferenciar o capital e o trabalho, tratando-os como sendo a mesma coisa, um fato econômico racional e natural, tal como presente em Mises já em 1929 e radicalizado posteriormente por Hayek e Friedman a partir dos anos 1970, esse

movimento teria como finalidade a “decomposição do trabalho em capital”, como apontado por Foucault (2008). O cálculo racional do indivíduo encontraria na lógica da “renda do capital” o capital que tende a gerar sua renda futura, como um bom salário ou um bom cargo, por exemplo, se tornando algo indissociável de quem o detém.

A competência do trabalhador coletivo passa a estar agora cada vez mais associada à de uma máquina, “uma máquina que não se pode separar do próprio trabalhador” (FOUCAULT, 2008, p. 309) que se vende na lógica do mercado em busca de um salário-renda, um “capital”, que será reinvestido no “trabalhador-máquina” com o objetivo do trabalhador voltar ao mercado e adquirir uma nova renda, agora aumentada devido ao investimento *em si*. O sucesso de cada indivíduo no retorno do salário-renda vai depender de sua competência, seu “mérito” em conseguir “aplicar” o valor recebido, ao vender sua força de trabalho, em aptidões voltadas “para si”<sup>26</sup>, se qualificando e se especializando de modo a aumentar o valor venal de seu “capital humano”<sup>27</sup> (trabalhador-máquina valorizado).

O “capital humano”<sup>28</sup>, conforme Foucault, seria “composto [segundo os neoliberais] de elementos que são *elementos inatos* e de outros que são *elementos*

<sup>26</sup> Entendemos que um estudo ilustrativo nesse sentido pode ser encontrada em Carelli e Bittencourt (2020), na medida em que apontam para a constante necessidade dos/as trabalhadores/as em “aplicar” novos conhecimentos e aptidões de modo a aumentar sua qualificação e conseguir conquistar mais clientes e, ao mesmo tempo, não ver sua nota, nas plataformas de trabalho, ser rebaixada. Simultaneamente, essa constante necessidade de aprimorar as “aptidões” tende a gerar o acirramento da concorrência entre os/as trabalhadores/as, já que o “outro/a” se apresenta como seu concorrente direto na disputa por uma dada vaga e pela renda oferecida por esta vaga.

<sup>27</sup> Seguindo com Foucault (2008, p. 308): “Pois bem, a partir dessa tarefa, como é que eles fazem? Alguém como Schultz, alguém como Becker diz: no fundo, por que é que as pessoas trabalham? Trabalham, é claro, para ter um salário. Ora, o que é um salário? Um salário é simplesmente uma renda. Do ponto de vista do trabalhador, o salário não é o preço de venda da sua força de trabalho, é uma renda. E então os neoliberais americanos se referem à velha definição, que data do início do século XX, de Irving Fisher, que dizia: o que é uma renda? Como se pode definir uma renda? Uma renda é simplesmente o produto ou o rendimento de um capital. E, inversamente, chamar-se-á ‘capital’ tudo o que pode ser, de uma maneira ou de outra, uma fonte de renda futura. Por conseguinte, a partir daí, se se admite que o salário é uma renda, o salário é portanto a renda de um capital. Ora, qual é o capital de que o salário é renda? Pois bem, o conjunto de todos os fatores físicos e psicológicos que tornam uma pessoa capaz de ganhar este ou aquele salário, de sorte que, visto ao lado do trabalhador, o trabalho não é uma mera mercadoria reduzida por abstração à força de trabalho e ao tempo [durante] o qual ela é utilizada. Decomposto do ponto de vista do trabalhador, em termos econômicos, o trabalho comporta um capital, isto é, uma aptidão, uma competência; como eles dizem: é uma ‘máquina’. E, por outro lado, é uma renda, isto é, um salário ou, melhor ainda, um conjunto de salários; como eles dizem: um fluxo de salários”.

<sup>28</sup> O “capital humano”, grosso modo, seria o nível de escolaridade, qualificação e especialização que cada indivíduo consegue agregar ao seu repertório social, atributos que tendem a receber valoração no

*adquiridos*. Falemos dos elementos inatos. Há os que podem ser chamados de *hereditários* e outros que são *simplesmente inatos*" (FOUCAULT, 2008, p. 312 - grifos nossos). As aptidões sociais sob o capitalismo para os neoliberais seriam condições *inatas*, ou mesmo *hereditárias*, ao ser humano. As aptidões que não são *inatas* ou *hereditárias*, caberia apenas ao "trabalhador-máquina" realizá-las mediante "investimento" em si, qualificando-se de modo a valorizar seu capital humano e gerar uma renda nova. Aqui não haveria escapatória e o circuito se fecha. Se o indivíduo não consegue o "sucesso" através de suas competências *inatas*, ele poderá recorrer ao investimento em si mesmo mediante qualificações para almejar um salário alto, um cargo de gerência ou mesmo ser um empresário. Em um ou em outro caminho será o *indivíduo* o responsável pelo seu "lugar na sociedade"<sup>29</sup>. Seria nesse sentido que a meritocracia agiria de modo a camuflar o processo de subordinação e exploração do trabalho pelo capital. Atua de modo a produzir estranhamentos sociais vinculados ao processo de produção de valor.

Na sociedade capitalista, sociedade de consumidores de mercadorias, os sujeitos que não são os donos dos meios de produção necessitam, para existirem socialmente, transformar sua força de trabalho em mercadorias (MARX, 2011; 2013). No processo de produção capitalista, a subjetividade dos sujeitos tende a passar constantemente por processos de re-atualização, cuja finalidade estaria em introduzir de maneira quase que contínua as necessidades e capacidades esperadas por uma mercadoria que possa ser comercializável, que tenha um valor venal e que seja apta à valorização do capital - pois, caso não seja será descartada como uma forma não produtiva (MARX, s/d; 2011; GRESPAN, 1999; 2019). A subsunção e atualização das formas de trabalho sob o modo de produção capitalista seriam, simultaneamente, a subsunção e atualização psicofísica dos sujeitos em busca de atender as necessidades

---

mercado. Ou seja, nessa lógica, àqueles que possuem maior escolaridade e especializações pode obter, no fim do percurso de concorrência entre trabalhadores/as, uma maior gratificação, pois um indivíduo que possui um diploma, por exemplo, tende, segundo a legalidade capitalista, a "valer" mais, já que teve o "mérito" de dedicar tempo investindo em seu capital humano. Com isso, seu maior retorno salarial seria "meritório", "justificável" diante da competição capitalista.

<sup>29</sup> Novamente, referencio o trabalho de Souza (2010) como um estudo que, ao nosso ver (ainda que não concordemos com o todo de sua análise teórica-metodológica), dialoga e poderá reforçar, de maneira empírica, o argumento até aqui levantado.

de valorização do valor do capital, ao passo que atendem às próprias necessidades de existência e sobrevivência social.

A meritocracia deixaria de se apresentar apenas como uma gramática discursiva ou uma "perturbação simbólica" quando passa a atravessar de maneira indistinta todos os sujeitos, agindo na realidade das relações de produção como um modo de vida normatizado, "naturalizado". Os/as trabalhadores/as, para se manterem aptos ao mercado de trabalho, terão que se atualizar para o capital, promovendo "sua própria mercadoria", remodelando a si mesmo, se adaptando a esta nova existência social. Terão que tornar-se "empresários de si mesmos" (ABÍLIO, 2019; ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020; ABÍLIO; AMORIM; GROHMANN, 2021; AMORIM; MODA; MEVIS, 2021a), por exemplo, uma forma social cada vez mais *estranhada*.

Entretanto, cabe pontuar que não necessariamente o processo de crescimento econômico e o aumento da renda entre os indivíduos nas sociedades capitalistas, no decorrer do século XX e início do século XXI, se apresenta como o reflexo da importância do "capital humano" sobre o fator trabalho<sup>30</sup>. Antes, tal processo seria o reflexo do próprio movimento contraditório de desenvolvimento e complexificação da divisão do trabalho e estratificação social *para* e *do* capital. A meritocracia, como um modo de vida, pressupõe uma divisão do trabalho avançada de modo a possibilitar a autonomização dos indivíduos como forma de cumprir toda uma funcionalidade necessária para a produção-reprodução do capital em seus diferentes momentos de *valorização-reprodução-realização* (MARX, 2017; GRESPAN, 2019). Como um modo de vida operante *da* e *na* realidade concreta dos indivíduos, a meritocracia obscurece as determinações próprias do modo de produção capitalista, apresentado à lógica da "liberdade econômica individual" como a única forma de vida existente possível,

---

<sup>30</sup> Ainda que possamos dizer que os níveis de qualificação tenham tido um significativo aumento no decorrer do século XX, edificando uma "nova civilização" baseada no "capital humano e no mérito" fundada sob os avanços da tecnologia e da educação, caminhos estes que possibilitaram novas formas de trabalho e retorno de renda (PIKETTY, 2014), é preciso frisar, ao mesmo tempo, que mesmo diante deste cenário a desigualdade social e a concentração da riqueza social só tem aumentado. Portanto, Piketty acerta ao apontar o desenvolvimento da qualificação e a "edificando uma nova civilização", com o avanço em tecnologias que carregam como tendência a melhora da vida dos trabalhadores. Todavia, não podemos perder de vista que a sociedade em que vivemos ainda tem como motor de seu desenvolvimento o *valor* que de valoriza. Nesse sentido, as contradições da relação entre o capital e o trabalho, tal como a necessidade de subordinação do trabalho pelo capital, não devem sair de cena.

apresentando os interesses particulares do capital como se este fosse o interesse da sociedade em geral<sup>31</sup>.

Pensando com Antunes, podemos dizer que sob as novas formas de trabalho e suas atualizações, a meritocracia atuaria “no plano ideológico, por meio do culto de um simbolismo e de um ideário fragmentador que se faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e atuação coletiva e social”, na qual os incrementos tecnológicos de gestão do trabalho são constituídos cada vez mais através do incentivo a autonomia, a ação de liderança e a qualificação (ANTUNES, 2000, p. 51-52). Entretanto, se estivermos certos sobre a argumentação até aqui construída, a meritocracia não seria apenas uma mera “participação manipuladora” no processo de “trabalho alienado e estranhado” (ANTUNES, 2000, p. 52). Pois o processo de trabalho alienado e estranhado, que possibilita o desenvolvimento da meritocracia, pressupõe uma factualidade do *fazer-se* do ser social que engloba tanto os processos de objetivação como de subjetivação dos/as trabalhadores/as em sua totalidade na vida social. A meritocracia não poderia ser uma “participação manipuladora” ou uma dádiva de “dons e méritos” simplesmente porque ela se faz mediante um processo *imanente* às práticas dos indivíduos inseridos na re-produção do capital em sua totalidade, sendo apresentada e representada na vida social como uma autonomização do sujeito em relação ao processo produtivo, mas que, contraditoriamente, atende às necessidades da valorização do valor.

### Considerações finais

Procurou-se contribuir para o debate sobre a forma da meritocracia na atualidade do capitalismo, indicando que esta estaria relacionada aos processos de subordinação do trabalho necessários para a valorização do valor. Buscou-se defender

---

<sup>31</sup> A forma meritocracia está associada à noção de liberdade econômica e propriedade privada, sendo radicalizada pelos neoliberais. A necessidade de construção de formas sociais que dê sentido às relações de produção e sua subsequente relação de desigualdades encontram na meritocracia o seu meio de legitimação. Com o avanço do neoliberalismo a noção de meritocracia ganha uma dimensão ainda maior, nutrida pela noção de liberdade econômica e cálculo racional associada à busca de *status* social mediante a valorização e o esforço individual, cuja expectativa está na ideia de que todo esforço para o capital será recompensado.

que, ainda que a meritocracia possa potencializar a liberdade econômica e a mobilidade social dos indivíduos, antes ela tende a radicalizar e intensificar as dinâmicas de dominação e as formas de exploração do trabalho pelo capital. Essas dinâmicas implicam na negação da contradição entre capital e trabalho, condicionando os/as trabalhadores/as a assumirem cada vez mais o papel de investidores de si mesmos (trabalhador-máquina). Como o sucesso ou insucesso nas sociedades capitalistas só depende do esforço e dedicação individual em aplicar, nos processos de autogerenciamento do “capital humano”, a renda necessária para aprimorar suas capacidades psicofísicas de maneira a assegurar sua permanência ou retorno no mercado de trabalho (renda), a ampliação-atualização da qualificação individual tende a refletir na composição salarial dos indivíduos mais ascéticos e meritórios. Todavia, não necessariamente o investimento em si mesmo poderá representar o retorno no aumento da renda. Ao mesmo tempo, por mais que a renda do/a trabalhador/a possa aumentar em decorrência do investimento em “capital humano”, esse investimento tende a beneficiar, por princípio, em se tratando de sociedades capitalistas, a acumulação de capital. Simultaneamente, como tendência, seu desenvolvimento leva ao acirramento da concorrência e da disputa entre os/as trabalhadores/as, corroendo a solidariedade de classe.

Portanto, o que a análise crítica de tal cenário nos indica previamente consiste no fato de que, antes de ser uma mera “distinção social” ou uma mera prática de “dons e méritos”, a meritocracia se apresenta na realidade capitalista como um modo de vida constituído historicamente, permeando a totalidade da vida social, como forma de atender as atualizações, a ampliação e as necessidades do desenvolvimento do capital. Nesse sentido, nos parece que o empreendedorismo seria uma das formas de representação social desse “novo tipo” de trabalhador coletivo, já que carregara em si os traços de um modo de vida meritocrático, baseado em uma aprendizagem e experiência voltada para a promoção dos aspectos inovadores e disruptivos, caracterizado pelo indivíduo diferenciado, dedicado e esforçado.

## Referências

ABÍLIO, L. C. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, v. 18, n. 3, p. 41-51, 2019.

ABÍLIO, L. C.; GROHMANN, Rafael. Uberização como apropriação do modo de vida periférico. In: GROHMANN, Rafael (org.). **Os laboratórios do trabalho digital**. São Paulo: Boitempo, 2021, p. 85-91.

ABÍLIO, L. C.; AMORIM, H; GROHMANN, R. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Revista Sociologias**, n. 57, pp 26-56, mai-ago 2021.

AMORIM, Henrique. **As teorias do trabalho imaterial**: uma reflexão crítica a partir de Marx. **Caderno CRH**, v. 27, n.70, p. 31-45, 2014.

AMORIM, Henrique; MODO, F. MEVIS, C. Empreendedorismo: uma forma de americanismo contemporâneo?. **Caderno C R H**, Salvador, v. 34, p. 1-16, e021018, 2021a.

AMORIM, Henrique; MODA, F.; MEVIS, C. O empreendedorismo não é apenas uma ideologia: a subordinação no trabalho plataformizado. In: LEONE, E. T.; PRONI, M. W. **Facetas do trabalho no Brasil contemporâneo**. Curitiba: Editora CRV, p. 325-336, 2021b.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos Do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, V.. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, 2020.

BEHÁR, Alexandre Hocheman. Meritocracia enquanto ferramenta ideológica gerencialista na captura da subjetividade e individualização das relações de trabalho: uma reflexão crítica. **Revista Organizações & Sociedade** - v. 26, n. 89, p. 249-268, abr./jun. 2019.

BIHR, A. A fraude do conceito de “capital humano”. **Le Monde Diplomatique**, 1 dez. 2007. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-fraude-do-conceito-de-capital-humano/>. Acesso em: 24 março 2022.

CASILLI, A. Da classe virtual aos trabalhadores do clique: a transformação do trabalho em serviço na era das plataformas digitais. **Espirít**, v.14, p. 13-20, 2019.

CARELLI, R; BITTENCOURT, A. NINJAS FAZEM BICO? UM ESTUDO DE PLATAFORMA DE CROWDSOURCING NO BRASIL. *Revista Estudos Institucionais*, v. 6, n. 3, p. 1289-1309, set./dez. 2020

CAVALCANTE, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. In: **Direita Volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

CAVALCANTE, Sávio. Classe média, meritocracia e corrupção. **Crítica marxista**, n.46, p. 103-125, 2018.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Edmundo A. **Revolução passiva e modo de vida: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia**. São Paulo: Sundermann, 2013.

DUDA DA SILVA, Ederson. Classes médias e luta política: o conflito distributivo no centro do debate. **Dissertação (Mestrado)**, Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Campus Guarulhos – SP: [s.n.], 2022.

FOUCAULT, Michael. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008. (aula de 14 de março de 1979).

FORTES, Ronaldo V. Alienação, objetivação e estranhamento na Ontologia de Lukács. **Revista Herramienta**, 2014. Disponível em:< <https://www.herramienta.com.ar/alienacion-objetiva-o-e-estranhamento-na-ontologia-de-lukacs>>. Acesso em: 30/03/2022.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Arte Nova, 1977.

FRIEDMANN, G. **O Trabalho em Migalhas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

FROSINI, Fabio. Hacia una teoría de la hegemonía In: MODONESI, Massimo (Coordinador), **Horizontes Gramscianos**: Estudios em torno al torno al pensamiento de Antonio Gramsci. Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM, 2013.

GIANNOTTI, José Arthur. **Trabalho e Reflexão**. Editora brasiliense. São Paulo, 1983.

GIANNOTTI, José Arthur. **Origens da dialética do trabalho**. Difusão européia do livro, São Paulo, 1966.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRESPAN, J. **Marx e a crítica do modo de representação capitalista**. São Paulo, Boitempo, 2019.

GRESPAN, J. **O negativo do capital**. Editora Hucitec, São Paulo, 1999.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo, Editora Loyola, 2008.

HAYEK, F. **Os fundamentos da liberdade**. São Paulo: Editora Visão, 1973.

HAYEK, F. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1987.

INVERNIZZI, Noela. Qualificação e Novas Formas de Controle da Força de Trabalho no Processo de Reestruturação da Indústria Brasileira: tendências dos últimos vinte anos. In: **Trabalho e Crítica**, (GT Trabalho e Educação da ANPED), nº 2, 2000. pp. 45-61.

KLÜGER, Elisa. Meritocracia de laços: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil. **Tese (Doutorado)** - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia, 2017.

LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo. **NOVOS ESTUDOS CEBRAP 80**, março 2008 pp. 127-139.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**: Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Publicações escorpião, 1974.

LUKÁCS, G. Introdução – “O Estranhamento”. In: **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Capítulo VI inédito de O capital**. São Paulo: Moraes, s/d.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política, Livro I. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política, Livro III. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

MAZZUCHELLI, Frederico. **A contradição em processo**: o capitalismo e suas crises. Editora: Brasiliense, São Paulo-SP, 1985.

MILANOVIC, Branko. **Capitalismo sem rivais**: O futuro do sistema que domina o mundo. São Paulo: Toavia, 2020.

MILL, S. **A liberdade. Utilitarismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MISES, L. V. **Uma crítica ao intervencionismo**. Rio de Janeiro: Nôrdica, 1987.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Editora Intrínseca, Rio de Janeiro, 2014.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 2011.

SAES, Décio. **Classe média e políticas de classe** (uma nota teórica). Contraponto, n. 2, 1977.

SAES, Décio. **Classe Média e Sistema Político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1979.

SALGADO, Julia. Microempreendedor individual: ascensão do ethos empreendedor e da noção de "cidadania empresarial" entre trabalhadores informais. **Anais da Anpocs**, 2019.

SCHULTZ, T. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Tradutor: Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultura, 1997.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SOUZA, Jessé. **Os Batalhadores Brasileiros**: Nova Classe Média ou Nova Classe Trabalhadora? Belo Horizonte, UFMG Editora, 2010.

STREECK, Wolfgang. O cidadão como consumidor: Considerações sobre a invasão da política pelo mercado. **Tribuna livre da luta de classes: Edição 79**, Abril, 2013.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Orgs.). Campinas: Editora da Unicamp, 2012.